

## Isabela Figueiredo, *Caderno de Memórias Coloniais* Coimbra, Angelus Novus, 2009

Silvia Cavalieri  
UNIVERSITÀ DI BOLOGNA

No Portugal dos últimos anos floresceram, talvez porque a Revolução dos Cravos e o processo de descolonização que a determinou estejam já longe no tempo e na percepção, muitos exemplos de obras – autobiografias, coletâneas fotográficas e inúmeros romances – que dão do período imperial uma quase sub-reptícia representação positiva, revelando, uma vez mais, a natureza *labiríntica* da “poderosa isotopia nacional da saudade” (Ribeiro, 2004, p. 238). Neste contexto, este *Caderno de Memórias Coloniais*, tem um efeito que, por contraste, é explosivo.

Isabela Figueiredo tenta aqui, justapondo breves reminiscências, sem seguir uma ordem cronológica exata, uma recomposição da sua identidade perdida, estruturando aquela “gramática” (p. 103) que começara a precisar no momento em que o lugar onde tinha nascido em 1963, a colônia portuguesa de Moçambique, *acabou*, com a independência, para se tornar algo diferente, algo em que ela já não se sabia reconhecer porque “ou se era colono, ou se era colonizado, não se podia ser qualquer coisa de transição, no meio daquilo, sem um preço a loucura no horizonte” (p. 104). Este percurso advém, mais precisamente, tanto da travessia crítica e simultaneamente visceral, como do laço de amor que a autora manteve, para além da morte, com o pai, “força total” que de Moçambique foi a imagem até o fim da sua infância. Esta sobreposição de planos, identificável já no título, entre a subjetividade das *memórias*, sublinhada pelo pormenor do *caderno* que, evocando o tempo da meninice, confere ainda mais informalidade ao relato, por um lado, e o adjetivo *coloniais* que, pelo contrário, convoca de imediato uma época crucial para a história nacional, evidencia desde logo um interessante curto-circuito, já que o facto de esta trajetória ser estritamente pessoal e se desenrolar dentro de uma determinada época histórica (ainda hoje um trauma aberto na aventura nacional portuguesa) faz com que esta mesma vivência individual se constitua como algo de significativamente diferente.

*Retornada* numa terra de onde nunca partiu, a autora vive no seu próprio corpo a “guerra” desta paradoxal situação de não-pertença<sup>1</sup>, pois a terra da qual foi desterrada existe somente dentro de si (v. p. 133) e é a do corpo, o espaço da nossa vulnerabilidade, que é aqui repartido de forma a configurar o lugar de uma identidade que se constrói a partir de faltas e de insuficiências. Um lugar intersticial para uma identidade que só se pode configurar como fronteira:

---

<sup>1</sup> “O meu corpo foi uma guerra, era uma guerra, comprou todas as guerras. O meu corpo lutava contra si, corpo-a-corpo [...]” (p. 127)

A minha terra havia de ser uma história, uma língua, uma ideia miscigenada de qualquer coisa de cultura e memória, um não pertencer a nada nem a ninguém por muito tempo, e ao mesmo tempo poder ser tudo, e de todos, se me quisessem, para que merecesse ser amada; quanto custava o amor?

O meu corpo tornou-se devagar a minha terra. Materializei-me nela, e todos os dias voltava ao anoitecer à minha terra, e dela saía de manhã (p. 87)

No momento da sua partida para Portugal, a autora vê-se imediatamente investida pelos “seus”, aqueles que tinham permanecido em Moçambique, do papel de contar “a verdade”. Mas o seu relatório aos olhos destes não pôde senão tomar a forma de uma corrupção infiel, porque o que se diz verdade é somente *uma das vozes possíveis* que entrelaçam os complexos fios da História, feita de verdades opacas, que confinam com a mentira. Neste sentido, pode dar-se o caso de as memórias e as pós-memórias estabelecerem entre si uma espécie de relação antagónica (análoga à contraposição existente entre colonial e pós-colonial), ou seja, quando as pós-memórias, que são “as narrativas” em que “aqueles que têm uma memória própria, mas de criança, dos eventos que levaram ao fim do império português em África cresceram envoltos [...] sem delas terem sido testemunhas” (Ribeiro, 2010) precisam de ser re-escritas por uma geração em busca de uma identidade que não se pode reconhecer na versão unívoca que lhe foi transmitida. O testemunho pode existir, mas somente pelo preço de uma “traição”: “Nunca entreguei a mensagem de que fui portadora” (p. 111), “toda a minha verdade é para eles uma traição” (p. 131). Traição essa que se perpetra à custa de um sofrimento indizível e cuja primeira vítima coincide com o próprio pai tão amado, que morreu sem talvez compreender que a filha “o *traiu* para que *pudessem* levantar a cabeça” (p. 118). Vítima-carrasco, já que “há tantas vítimas entre os inocentes-inocentes como entre os inocentes-culpados. Há vítimas-vítimas e vítimas-culpadas. Entre as vítimas há carrascos” (p. 115). Nesta perspetiva, situa-se a denúncia das cruéis práticas racistas que pertenciam à “ordem natural das coisas” (p. 97) no contexto colonial, mas também, com muito sarcasmo, da hipocrisia de quem em tempos partilhou daquele sistema e agora, em tempos de democracia, pretende negar a sua colusão:

Mas parece que isto era só na minha família, esses cabrões, porque segundo vim a constatar, muitos anos mais tarde, os outros brancos que lá estiveram nunca praticaram o colun..., o colonis..., o colonialismo, ou lá o que era. Eram todos bonzinhos com os pretos, pagavam-lhes bem, e tratavam-nos melhor, e deixaram muitas saudades. (p. 49)

Vemos assim como este olhar das margens para aquele centro que é a sua origem perturbadora, porque ao mesmo tempo estranho e familiar, é precioso para desconstruir a imagem deste próprio centro, que continua demasiado mítico e onírico, demonstrando uma vez mais que a condição pós-colonial tem, também no lado do colonizador, uma sua declinação específica produzindo, em ambas as partes daquela que foi a relação colonial, identidades híbridas, para as quais a escrita pode contribuir para configurar *terras diferentes*, um novo lugar onde habitar. A impressão que permanece após a leitura de *Caderno de Memórias Coloniais* é a de um trabalho profundo que consegue partir do luto – o último fragmento, o 43, tem muitíssimas referências a esta área

semântica – para ir *além da melancolia*, constituindo-se como importante *momento auroral*<sup>2</sup>, que abre a algo de novo a partir da perda, criando uma oportunidade dum diálogo fértil com o presente.

E é precisamente a partir da consciência trágica que acompanha o desvendar de verdades necessariamente aporéticas que é possível *transitivizar a unicidade da experiência* contada, propagando o seu impacto num plano coletivo o que, por exemplo, não acontece com um romance que apresenta interessantes pontos de contato, com o de Isabela Figueiredo: *A Árvore das Palavras* de Teolinda Gersão. O enredo desenvolve-se entre a segunda metade dos anos cinquenta até à guerra de libertação e a independência de Moçambique, que marca, nos tons enfáticos de um renascimento<sup>3</sup>, o começo da idade adulta da jovem protagonista, Gita, filha de portugueses nascida em Moçambique, que tem também com o pai um laço fortíssimo, conotado em muitos aspetos como uma relação amorosa, enquanto a mãe é descrita como uma mulher fria, com um corpo seco e pouco generoso. Gita, como Isabela, que tem “alma de preta” (p. 74), é “uma colonzinha preta, filha de brancos” (p. 35), pertence mais à Casa Preta da ama Lóia do que à Casa Branca da sua própria mãe. Mas tudo, no romance de Teolinda Gersão, se transforma, como escreve Hilary Owen, numa espécie de “*vie en rose*” (Owen, 2003): tudo é estranhamente suavizado, esvaziado de *pathos*: o laço da protagonista com o pai, as relações entre negros e brancos, até a guerra. E é precisamente isto que, na minha opinião, impede ao testemunho pessoal a possibilidade de se transitivizar: a sua falta de consciência trágica.

No livro de Isabela Figueiredo, bem pelo contrário, perde-se qualquer vontade de reconstrução idealizadora, as suas são *memórias tingidas de vergonha*, sentimento ligado à culpa que ressoa por todo o livro, mas que, através da escrita, se tornam uma oportunidade importante de transformação de perspetiva sobre o passado e, por consequência, de atuação sobre o presente. Lembrem-se a este respeito as palavras de Erri de Luca, que sustém que a vergonha é um “sentimento político muito forte” que pode até levar a uma revolução (De Luca, 2008), abrindo-se à possibilidade de esboço de um espaço novo, tal como nos fala Mia Couto, também ele nascido em Moçambique de pais portugueses: “os lugares não se encontram, constroem-se. A diferença daquele chão não estava na geografia” (Couto, 2002, p. 189).

### Bibliografia

- COUTO, Mia, *Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra*, Lisboa, Caminho, 2002.
- DE LUCA, Erri, *La rivoluzione? Nasce dalla vergogna*, entrevista a cura di Valentina Di Nino, “Scuola di scrittura Omero”, 12.10.2008, <http://www.omero.it/index.php?itemid=2180>
- GERSÃO, Teolinda, *A Árvore das Palavras*, Lisboa, Dom Quixote, 1997.
- OWEN, Hilary, ‘*La vie en rose*’: *Post-scriptum a um império assombrado* (Sobre “*A Árvore das Palavras*”, de Teolinda Gersão), in *Fantasmas e Fantasias Imperiais*

<sup>2</sup> Uso o termo *auroral* no sentido que dá Maria Zambrano à *Aurora*, de repetida possibilidade de nascimento que è ao mesmo tempo luz e treva, dia e noite. (v. Zambrano, 1986).

<sup>3</sup> “Independente. Como este país. E ao mesmo tempo que ele.” (Gersão, 1997, p. 238).

- no imaginário Português Contemporâneo* (organizado por Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira), Porto, Campo das Letras, 2003.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, *Sobre “Caderno de Memórias Coloniais”, in “Livros que elevam”,* 18-02-2010, <http://angnovus.wordpress.com/2010/02/18/margarida-calafate-ribeiro-sobre-%C2%ABcaderno-de-memorias-coloniais%C2%BB/>.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Afrontamento, 2004.
- ZAMBRANO, María, *De la aurora*, Madrid, Ediciones Turner, 1986.